

## 1

## Introdução

Nearly 50 years ago, when I arrived in Minnesota as a student fresh from Africa, I had much to learn – (...). All my life since has been a learning experience. Now I want to pass on five lessons I have learnt during ten years as UN Secretary-General - lessons which I believe the community of nations needs to learn, as it confronts the challenges of the 21st century. **First**, in today's world we are all responsible for each other's security. Against such threats as nuclear proliferation, climate change, global pandemics, or terrorists operating from safe havens in failed states, no nation can make itself secure by seeking supremacy over all others. Only by working to make each other secure can we hope to achieve lasting security for ourselves. **This responsibility includes our shared responsibility to protect people from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. (...) It also includes a responsibility to future generations** – to preserve resources that belong to them as well as to us. Every day that we do nothing, or too little, to prevent climate change imposes higher costs on our children. **Second, we are also responsible for each other's welfare.** Without a measure of solidarity, no society can be truly stable. **It is not realistic to think that some people can go on deriving great benefits from globalization while billions of others are left in, or thrown into, abject poverty.** We have to give all our fellow human beings at least a chance to share in our prosperity.

**Third**, both security and prosperity depend on respect for human rights and the rule of law. Throughout history human life has been enriched by diversity, and different communities have learnt from each other. **But if our communities are to live in peace we must stress also what unites us: our common humanity, and the need for our human dignity and rights to be protected by law.** That is vital for development, too. Both foreigners and a country's own citizens are more likely to invest when their basic rights are protected and they know they will be fairly treated under the law. And policies that genuinely favor development are more likely to be adopted if the people most in need of development can make their voice heard.(...) **My fourth lesson, therefore, is that governments must be accountable for their actions, in the international as well as the domestic arena.** Every state owes some account to other states on which its actions have a decisive impact. As things stand, poor and weak states are easily held to account, because they need foreign aid. But large and powerful states, whose actions have the greatest impact on others, can be constrained only by their own people. That gives the people and institutions of powerful states a special responsibility to take account of global views and interests. **And today they need to take into account also what we call “non-state actors”.** States can no longer – if they ever could – confront global challenges alone. Increasingly, they need help from the myriad types of association in which people come together voluntarily, for profit or to think about, and change, the world. How can states hold each other to account? **Only through multilateral institutions.** So **my final lesson** is that **those institutions must be organized in a fair and democratic way**, giving the poor and the weak some influence over the actions of the rich and the strong. No less important, all the Security Council's members must accept the responsibility that comes with their privilege. **The Council is not a stage for acting out national interests. It is the management committee of our fledgling global security system.**

*Kofi A. Annan - Secretary-General of the United Nations  
The Washington Post  
11 de Dezembro de 2006<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Artigo publicado no Washington Post, <http://www.un.org/News/press/docs/2006/20061211sgsm6612.htm>  
<http://www.un.org/News/press/docs/2006/20061211sgsm6612.htm>

Com o fim dos enfrentamentos políticos e ideológicos que marcaram a Guerra Fria, a política e a segurança internacional ganharam novos contornos. Por um lado, o processo de globalização que já estava em andamento há algumas décadas se intensificou consideravelmente, expandindo a promoção dos modelos ocidentais de governança caracterizados pela economia liberal de mercado, a democracia e os direitos humanos em todo o mundo. Com essas novas dinâmicas, o Estado e a soberania passaram a ser pensados em novas bases à medida que os fluxos de pessoas, idéias e bens aumentavam e grandes avanços tecnológicos permitiam uma compressão espaço-temporal, promovendo a ‘aldeia global’. Outra importante transformação produzida pela globalização se deu em termos cognitivos, uma vez que ela permitiu uma conscientização popular crescente sobre o modo como os acontecimentos distantes podem afetar destinos locais – e vice-versa.

Como David Held e Anthony McGrew observam, a globalização refere-se a uma mudança ou transformação na escala da organização social que liga comunidades distantes e amplia o alcance das relações de poder nas grandes regiões e continentes do mundo. (2000) No entanto, a globalização está longe de representar um processo universal de integração global em que haja uma convergência crescente de culturas e civilizações, pois a consciência de interligação crescente que ela promove também gera novas animosidades e conflitos, abrindo espaço para xenofobias, genocídios e sofrimento.

No que concerne os países mais pobres, a globalização representou mais desafios do que benefícios. Ao final da Guerra Fria, as grandes potências deixaram de ter motivações estratégicas para manter programas de auxílio econômico a esses países e a nova política entabulada passou a estabelecer uma série de condicionalidades traduzidas em programas de ajuste estrutural para o fornecimento de suporte. (Clapham, 1996; Sorensen, 2001) A fragilidade econômica desses Estados e sua incapacidade em cumprir essas condicionalidades se fizeram acompanhar por forte instabilidade política e social, fatores que juntos deram ensejo – em muitos desses Estados - à erupção de conflitos civis freqüentemente marcados também por rivalidades étnicas e religiosas. Segundo Mary Kaldor, uma das características dessas ‘novas guerras’ são os modos adotados para a produção guerra. Nas palavras da autora,

The strategies of the new warfare draw on the experience of both guerrilla warfare and counterinsurgency, yet they are quite distinctive.(...) Guerrilla warfare developed as a way of getting round the massive concentrations of military force which are characteristic of conventional war.(...) The new warfare also tends to avoid battle and to control territory through political control of the population, but whereas guerrilla warfare, at least in theory as articulated by Mao Tse-Tung or Che Guevara aimed to capture 'hearts and minds', the new warfare borrows from counterinsurgency techniques of destabilization aimed at sowing 'fear and hatred'. The aim is to control the population by getting rid of everyone of a different identity (...). Hence the strategic goal of these wars is population expulsion through various means such as mass killing, forcible resettlement, as well as a range of political, psychological and economic techniques of intimidation. (2001, p.7/8)

Diante desses novos conflitos marcados por graves violações de direitos humanos, a comunidade internacional e em especial a Organização das Nações Unidas sentiram-se compelidas a repensar os termos em que a segurança internacional estava sendo até então promovida em busca de alternativas e soluções. Como o artigo de Kofi Annan acima apresentado demonstra, essas novas reflexões levaram a organização a valorizar de forma diferenciada a segurança humana, o bem estar dos indivíduos em termos amplos (traduzido sobretudo em termos de desenvolvimento), o reforço dos direitos humanos e a reafirmação da responsabilidade de proteção junto aos Estados. Em termos operacionais, a ONU se dispôs a reformular seus modos de ação abrindo espaço para uma série de novas gerações de operação de paz as quais expandiram significativamente o escopo de atuação da organização.

Essa ampliação resultou não só em uma postura mais interventiva – uma vez que as ações passam a ser promovidas, em certos casos, sem o consentimento dos Estados, como também militarista, com o uso freqüente de contingentes militares para a garantia da paz. (Diehl, 2008) Ainda, o que configura nosso particular interesse na presente tese, a ampliação das operações de paz passou a se estender ao momento do pós-conflito e expandiu significativamente suas modalidades de ajuda humanitária, inclusive com ações voltadas para a promoção da reconciliação social e a cura dos traumas dos sobreviventes dos conflitos. (Huyse, 2003)

Assim, uma das preocupações da ONU em suas operações de paz de sexta geração (Thakur & Schnabel, 2001) – ou os chamados processos de reconstrução da paz - é a promoção de mecanismos que afastem os indivíduos do ódio e das injustiças do passado e os conduzam ao desenvolvimento de estruturas e

processos capazes de estabelecer a paz duradoura em relação aos adversários. E o principal fator que levou a ONU a fazer da reconciliação social uma de suas prioridades em suas atividades de promoção de paz foi sobretudo o fato de os sobreviventes dos conflitos civis de caráter étnico e religioso precisarem habitar o mesmo território após o término dos conflitos. Para a organização, ‘in the wake of trauma, societies also need to recognize and overcome feelings of betrayal and fear. Trust becomes key, as individuals and groups divided by conflict search to build forms of community that allow them to heal their wounds in empathetic and humanizing ways. The emotional dimensions of trauma and ensuing processes of social healing are thus pivotal’. (Hutchison & Bleiker, 2008, p.387)

Nesse sentido, a ONU procurou reforçar sua parceria com a rede de auxílio humanitário - composta por organizações governamentais e não governamentais além de outras agências internacionais e locais - que já atuava nesses cenários de modo a se amparar em sua expertise para elaborar programas voltados para – entre outros objetivos - a proteção da saúde psicológica dos sobreviventes. Essas iniciativas de coordenação de assistência humanitária intra e extra-ONU que marcaram as operações de paz desde o início da década de 90 representaram um novo padrão de práticas da organização ao estruturar suas relações entre os diversos atores em escala global. Ainda, com o desenvolvimento dessas operações, o órgão criado pelo Secretariado Geral em 1992 para supervisionar as atividades das agências humanitárias extra-ONU e em cada operação acabou assumindo as funções de formulador de políticas, promovendo a padronização das iniciativas inter- agenciais de forma contínua.

Por outro lado, a Organização Mundial da Saúde também buscou, nesse contexto, exercer um papel diferenciado, tanto por demandas internas à organização - de reafirmação de suas funções como a principal organização a articular políticas e ações em relação à saúde dos indivíduos em todo o globo-, como por demandas da ONU em sua busca de parcerias para o enfrentamento dos diversos desafios contemporâneos. (Lee, 2009) Como consequência, no que concerne à questão do bem estar psicológico dos indivíduos sobreviventes das ‘novas guerras’, a OMS incorporou o lema ‘*Health as Bridge for Peace*’ o qual visa estimular o desenvolvimento de mecanismos que ajudem a promover a paz tomando a saúde como uma ponte para o alcance desse objetivo. (OMS, 1997) Desse modo, desde o ano de 2000, a OMS possui um departamento de Saúde

Mental chamado “*Department of Mental Health and Substance Dependence*” que tem o ambicioso objetivo de liderar e orientar os esforços de fornecimento de subsídios necessários à garantia da saúde mental dos indivíduos em todo o mundo. No documento intitulado “*Mental Health in Emergencies*”, a OMS procurou resumir a postura do departamento no processo de atendimento das populações expostas a situações de stress extremo, como refúgio, o deslocamento interno, o terrorismo, as guerras e conflitos civis que foram marcados pela prática do genocídio. Por meio desse documento, “a organização reconhece que o número de pessoas atingidas ou expostas por fatores de stress extremo é grande e que essa exposição é um fator que pode gerar problemas de saúde mental e social”. (OMS, MHE, 2003, p.2)

### 1.1 Questão e Hipótese

Uma vez observados todos esses fatores, uma série de reflexões nos conduziram a produzir a seguinte pergunta de partida: De que modo se desenvolvem os discursos da ONU e da OMS quanto ao trauma e à saúde psicológica dos indivíduos em atividades voltadas para a reconciliação social nas operações de reconstrução da paz?

Em resposta a essa questão observamos que tanto os discursos da ONU quanto os da OMS contribuem para um movimento de securitização do trauma e da saúde psicológica das populações sobreviventes aos conflitos civis contemporâneos ao tratar o trauma como um risco à paz auto-sustentada que ambas as organizações visam promover a partir das operações de construção da paz. Enquanto a ONU elabora o argumento de que o bem estar mental dos indivíduos é parte do leque de questões emergenciais a serem administradas em suas operações de paz, a OMS reforça a interpretação do trauma como um risco ou um desvio a ser submetido a medidas de normalização. Essas medidas de normalização – em nosso entendimento – se produzem de modo a medicalizar a questão, ou seja, tratam o trauma como uma doença em demanda de medidas de cura (ou um desvio comportamental em demanda de medidas de normalização).

Diversos relatórios produzidos por agências humanitárias internacionais nas últimas duas décadas se referem aos refugiados – por exemplo - como

“permanentemente feridos” em decorrência de experiências tidas como traumáticas. Em 1990, o trauma chegou a ser tratado com maior ênfase do que a fome pelas diversas agências de ajuda humanitária, segundo a própria OMS. (OMS, 2001) Em decorrência disso, as respostas humanitárias às guerras e desastres em todo o globo têm gradativamente assumido formas de intervenção terapêutica que desafiam significativamente as fronteiras entre a dimensão pública e privada.

No entanto, essas intervenções de cunho terapêutico são bastante controversas na medida em que assumem uma postura ambígua em relação às emoções. Isso porque ao mesmo tempo em que elas desejam valorizar a exposição pública dos sentimentos elas buscam, por outro lado, controlar ou sufocar as emoções que são entendidas como fonte de patologias das sociedades. Assim, as emoções são freqüentemente classificadas como positivas ou negativas, segundo os critérios de uma etnopsicologia ocidental moderna, na qual os sentimentos positivos são, por exemplo, aqueles que definem a idéia de bem estar e de saúde dos indivíduos. Nesse contexto, Frank Furedi observa que o bem estar ‘positivo’ se tornou o principal objetivo da OMS a partir do momento em que ela redefiniu a saúde de forma mais ampla e como sinônimo de *‘a state of complete physical, mental and social well-being, not merely the absence of disease or infirmity’*. (2004, p.31)

Segundo a etnopsicologia ocidental moderna, assim, as emoções expressas de forma mais intensa e interpretadas como negativas são sistematicamente tratadas como patologias ou como sintomas de doença, de uma dependência ou de um vício; i.e, são medicalizadas. Nesse sentido, a raiva é freqüentemente representada como uma emoção negativa e com grande potencial destrutivo. Seu potencial destrutivo demandaria medidas terapêuticas interventivas que ajudem o indivíduo a administrá-lo e a contê-lo para que o mesmo não venha a causar prejuízos tanto ao indivíduo quanto à sociedade em que ele está inserido. Ou seja, “(t)he need for the therapeutic management of feeling indicates that the significance that the western culture attaches to domain of the emotion is fuelled by the perception that it constitutes a serious problem.” (idem)

Dessa forma, contudo, a cultura terapêutica contemporânea busca cultivar as emoções de modo individualizado, atomizado, sem considerar que essa forma de interpretar as emoções não se coaduna com a maneira como outras culturas

experimentam a dor ou a alegria, pois para muitas comunidades esses sentimentos são parte de uma experiência a ser vivida de modo partilhado por toda a comunidade. Em outras palavras, essas comunidades são coletivistas e não individualistas e a experiência dos sentimentos só faz sentido para eles enquanto membros integrantes de um sistema de significados da comunidade. As emoções não são, então, interpretadas por eles como um sintoma de um problema individual.

Como observa Vanessa Pupavac (2004), o final da Guerra Fria trouxe para a cena internacional uma grande desorientação ideológica e as sociedades ocidentais passaram a experimentar uma atmosfera moral, social e política marcada por grandes incertezas. Os tomadores de decisão se sentem, com frequência, preocupados com a atomização social doméstica e com colapsos de Estados no ambiente internacional e apresentam muitas dificuldades em identificar um conjunto de valores partilhados para inspirar a formulação de interesses comuns. Essa busca por mecanismos de promoção de coesão social tem encontrado nas interpretações terapêuticas um modo de promoção dessa coesão a partir da transposição das emoções para o espaço público.

Os Estados, por exemplo, têm encontrado nesse discurso terapêutico uma fonte alternativa de legitimidade na medida em que ele ajuda a desenvolver a idéia de que um maior entendimento emocional por parte do indivíduo contribui para o seu exercício de cidadania mais consciente e responsável. Nesse sentido, Anthony Giddens (1994) argumenta que indivíduos que possuem um bom entendimento de suas próprias estruturas emocionais e são capazes de se comunicar efetivamente com outros indivíduos em bases pessoais têm melhor preparo para realizar as tarefas e assumir as responsabilidades mais amplas da cidadania.

As ‘novas guerras’ da década de 90 entram nesse contexto na medida em que passaram a ser caracterizadas como conflitos irracionais cuja fonte deveria ser percebida em disfuncionalidades psicológicas e sociais dos indivíduos. Essa percepção – assumida tanto pela ONU quanto pela OMS – deu ensejo ao desenvolvimento de um novo paradigma de segurança que passou a priorizar a segurança humana através de regimes terapêuticos os quais são conduzidos por uma rede informal de profissionais cuja expertise atende ao objetivo de se modular ou normalizar os comportamentos, as crenças e sobretudo as emoções dos indivíduos.

## 1.2 Marco Teórico

Para bem tratarmos das peculiaridades do tema da presente tese tomamos dois marcos teóricos de referência: as proposições da Escola de Copenhagen sobre securitização e as proposições da Sociologia Política Internacional sobre mecanismos de controle e promoção da (in)segurança.

As proposições da Escola de Copenhagen sobre securitização encontraram espaço para o seu desenvolvimento a partir dos questionamentos que marcaram os estudos de segurança internacional ao longo da década de noventa. Esse período foi marcado por ao menos três preocupações: a necessidade de oferecer respostas aos problemas de segurança decorrentes do pós Guerra Fria, a busca de alternativas ao paradigma neo-realista que havia caracterizado a área de estudos de segurança nos períodos anteriores, e o desejo dos estudiosos de segurança de tornar a disciplina relevante na contemporaneidade. (Krause & Williams, 1996) Essas preocupações, no entanto, não são compartilhadas por todos os autores que se dedicam aos estudos de segurança – uma vez que o neo-realismo ainda apresenta fortes defensores- e são desenvolvidas de diversas formas por autores de diferentes abordagens teóricas.

No entanto, foi no pós Guerra Fria que a característica socialmente construída do conceito de segurança tornou-se mais fortemente evidente, dado que, com o fim do enfrentamento bipolar, outras concepções de segurança vieram à tona e enriqueceram significativamente os debates da área. E é justamente a percepção da natureza socialmente construída da segurança que instiga e orienta o presente trabalho, inserindo-o dentro do espectro de debates que pretende não só endossar a crítica ao paradigma neo-realista como reforçar – mais especificamente– o aprofundamento das investigações sobre outros significados de segurança.

A tentativa de ampliação do conceito de segurança e de seu campo de estudos se deu a partir da convicção de que o foco neo-realista na proteção dos valores centrais ao Estado não era a única forma de se entender o que deveria ser protegido, como deveria ser protegido e que ameaças deveriam ser consideradas. A questão aqui é o fato de que os estudos neo-realistas de segurança são guiados

por uma premissa de conhecimento científico que é sustentada por uma série de outras premissas as quais são apresentadas como fatos sobre o mundo. A insistência neo-realista, assim, em fundamentar os estudos de segurança em uma representação objetiva da realidade e tomar a ação dos Estados como algo dado e não problemático é bastante perturbadora e representa um dos principais objetos de debate e discussão dos que se pretendem parte do movimento crítico dos estudos de segurança.

O ponto de partida para o início desse movimento foi uma pequena conferência realizada na Universidade de York, em Toronto, no Canadá, em 1994 que reuniu estudiosos interessados em segurança para debater os rumos dos estudos da área nos primeiros anos posteriores ao fim da Guerra Fria. Foi durante esse encontro que o termo Estudos Críticos de Segurança passou a ser usado para se referir a um projeto intelectual que buscava congregar diversas perspectivas críticas sobre segurança sem, no entanto, se preocupar em produzir um corpo crítico homogêneo. (Mutimer, 2007, p.56/57)

Como resultado dessa conferência, Keith Krause e Michael C. Williams editaram o livro *Critical Security Studies: Concepts and Cases*, obra composta por artigos de diversos autores e cujo propósito não era invocar uma nova ortodoxia de estudos críticos de segurança, mas tratar de diferentes preocupações teóricas no que concerne a questão da segurança, cobrindo desde o lugar do Terceiro Mundo até concepções sobre o “político” que se encontram subjacentes às abordagens tradicionais. Os autores nessa obra também se propõem a investigar diferentes temas como a proliferação de armas, o papel das instituições multilaterais em operações de paz e segurança, etc. (Krause & Williams, 1997, p. viii)

O livro, assim, serviu para lançar a expressão Estudos Críticos de Segurança sem, contudo, preenchê-la com um conteúdo determinado. Cabe notar, por outro lado, que Barry Buzan já havia iniciado um movimento de ampliação do significado de segurança ao longo da década de oitenta. Em 1983, na obra intitulada *People, States and Fear* – re-editada em 1991- o autor que à época ainda encabeçava os estudos do *Copenhagen Peace Research Institute* – criticava o fato de que a segurança como conceito havia se tornado sinônimo de segurança nacional e que, por essa razão, estava atrelada à identificação com questões militares de defesa em relação ao externo, quando, na realidade, o dia a dia das pessoas era afetado por diversas outras ameaças oriundas da economia, da

política, da sociedade e do meio ambiente. Naquela época o autor percebia que ao menos dois temas até então tratados como *low politics* na agenda de preocupações de segurança – a economia e o meio-ambiente, respectivamente - se mostravam cada vez mais importantes para essa mesma agenda. E esses dois temas se tornaram ainda mais proeminentes para a agenda de segurança com o término da Guerra Fria.

A percepção desses “novos problemas” como ameaças à segurança estimulou outros autores a também defender uma ampliação do conceito de segurança que não mais se restringiria somente às questões militares e passaria a englobar questões econômicas, sociais, ambientais e políticas. Essa busca de ampliação passou a ser defendida não só em termos acadêmicos como em termos de política, podendo ser realizada de diversas maneiras, inclusive segundo uma agenda política conservadora. No entanto, se por um lado as novas dinâmicas internacionais dos anos 80 e dos anos 90 levaram alguns autores das abordagens tradicionais de segurança a aceitarem olhar para a atuação de atores não estatais e para conflitos estabelecidos em outros termos que não a partir de exércitos convencionais, esses mesmos autores resistiram de todo modo a entender o conceito de segurança de outra forma que não a partir das ameaças do uso da força. (Jahn et al.,1987; Chipman, 1992; Ayoob,1995) Ou seja, para esses autores, mesmo que a ampliação do foco se fizesse, esses ‘novos temas’ e ‘novos atores’ só deveriam ser considerados na medida em que estivessem relacionados com preocupações de uso da força.

A defesa da ampliação do conceito de segurança, portanto, embora tenha alcançado certas concessões de alguns autores tradicionalistas, não avançou de forma tranqüila, sofrendo diversas e fortes críticas as quais afetaram inclusive o modo como Buzan procurou delinear sua defesa da ampliação. A crítica mais forte dos tradicionalistas - para o autor – era o fato de que a ampliação traria um risco de incoerência intelectual ao entendimento do conceito por apresentar a possibilidade de alargamento irrestrito de temas. Buzan levou a sério essa crítica e se preocupou em desenvolver sua proposta de ampliação a partir de uma abordagem que para ele era intelectualmente coerente. Segundo o autor, assim, a saída estava em buscar a coerência não retraindo a área de estudos e o conceito ao eixo militar, mas explorando a própria lógica da segurança, para se descobrir o que difere a segurança da política. Entre outras coisas esse movimento de

exploração ajudaria a combater a ambigüidade simbólica do conceito muitas vezes sustentada ou mantida pelos decisores políticos na elaboração da política de seus Estados por conta dos benefícios que ela pode proporcionar. (1983)

Ainda, Buzan justifica a necessidade de ampliação do conceito de segurança a partir de outras duas preocupações: a necessidade de se acompanhar as mudanças no mundo e o potencial integrativo do conceito para as relações internacionais como um campo de pesquisa que tem tido fronteiras bastante fluidas. A proposta do autor se encaixa, assim, nos estudos desenvolvidos dentro daquela que ficou conhecida como Escola de Copenhagen, uma instituição que foi criada em 1985 em resposta às preocupações dos europeus em desenvolver uma dinâmica de segurança regional autônoma em relação à dinâmica bipolar da Guerra Fria. Essas preocupações não concerniam apenas à elaboração da *policy*, mas também ao desenvolvimento de importantes estudos teóricos e que contou com o próprio Barry Buzan como seu diretor durante anos. Os estudos desenvolvidos nessa escola possuem dois traços característicos: uma forma europeia de produção de conhecimento, como bem observa Jef Huysmans, e uma forte ligação com os estudos para a paz. (1998)

Com o tempo, a Escola de Copenhagen acatou a totalidade das proposições de Barry Buzan e um passou a ser sinônimo do outro. Ela, entretanto, desenvolverá novas perspectivas, acompanhando também as próprias transformações no pensamento de Buzan. O desenvolvimento das proposições da Teoria Crítica em segurança produziram – entre outras coisas - uma série de críticas ao pensamento de Barry Buzan muito por conta do fato de que suas proposições iniciais sobre ampliação do escopo da segurança- contidas na obra *People, States and Fear*, de 1983 - estavam embasadas em uma epistemologia positivista e estadocêntrica.

As perspectivas de Buzan vão, assim, se modificando e na obra seguinte *Security: a New Framework of Analysis*, publicada em 1998, em parceria com Ole Waever e Jaap de Wilde sua postura inova em vários e importantes aspectos. Nessa obra Buzan muda seu posicionamento para adotar uma abordagem construtivista de segurança, aumentando o espectro da proposta de ampliação já esboçada anteriormente, no artigo *Rethinking Security after the Cold War*, publicado em 1997. Desse modo, em *Security: a New Framework of Analysis*, os autores se propõe a pensar a segurança em termos de setores procurando retirar o

Estado da condição de objeto referente central – implícito ou explícito- da segurança em todos os setores.

Mais interessante, contudo, foi a proposta dos autores de ampliação e/ou aprofundamento do entendimento da lógica de segurança com o estudo dos processos que tornavam determinados temas questões securitizadas. A pergunta de partida que orientou as investigações nesse sentido foi: Que qualidades tornam algo um tema de segurança em relações internacionais? Com essa pergunta os autores deixam claro seu entendimento de que as relações internacionais são um campo distinto e possuem uma compreensão específica de segurança que, para eles, tem um ponto comum à acepção tradicional de segurança. “In this context, security is about survival. It is when an issue is presented as posing an existential threat to a designated referent object (traditionally but not necessarily, the state, incorporating government, territory, and society). The special nature of security threats justifies the use of extraordinary measures to handle them.”(Buzan, Waever & Wilde, p.21) Os autores procuram se concentrar, então, no fato de que a própria invocação da segurança seria um elemento chave a legitimar o uso da força e que em termos mais gerais também seria uma forma de o Estado mobilizar, tomar medidas especiais e administrar ameaças existenciais.

Ao pronunciar ‘segurança’, o Estado declararia uma condição de emergência que o permitiria alegar o direito de uso de quaisquer meios necessários para bloquear um evento ameaçador em andamento. Dentro da agenda ampliada que Buzan, Waever e Wilde selecionaram, assim, as ameaças existenciais só poderiam ser entendidas em relação ao caráter particular do objeto referente em questão. Ainda, a qualidade essencial da existência variaria bastante através dos diferentes setores e níveis de análise e, portanto, variaria também a natureza das ameaças existenciais. Com esses entendimentos os autores abriram espaço para a construção dos conceitos de segurança e securitização nos seguintes termos:

‘Security’ is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics. Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization. In theory any public issue can be located on the spectrum ranging from non-politicized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made an issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented as an existential

threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure.)  
 (...)This link between politicization and securitization does not imply that securitization always goes through the state; politicization as well as securitization can be enacted in other fora as well.(...)It is possible for other social entities to raise an issue to the level of general consideration or even to the status of sanctioned urgency among themselves. (1998, p.24)

Nessa abordagem, portanto, o significado de um conceito está em seu uso e não em algo que possa ser definido analítica ou filosoficamente de acordo como o que seria o melhor. O significado não está no que as pessoas conscientemente pensam que o conceito seja e sim em como elas implicitamente o utilizam de determinadas formas. Desse modo, no caso da segurança, a análise textual sugere que algo é designado como segurança internacional porque pode-se argumentar que essa questão é mais importante que outros temas e deve receber absoluta prioridade. O critério para se averiguar se algo está sendo interpretado como um tema de segurança, então, seria perceber se ele está sendo apresentado como uma ameaça existencial. A segurança seria uma prática auto-referente porque é nessa prática que um tema torna-se uma questão de segurança – i.e, é apresentado como ameaça - e não necessariamente porque há uma ameaça real.

Alertam os autores, por outro lado, que a definição exata e os critérios de securitização seriam constituídos pelo estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com relevo suficiente para promover efeitos políticos substanciais. A forma de se estudar a securitização não necessitaria, assim, de indicadores e se processaria pelo estudo do discurso e das constelações políticas para se perguntar: Quando um argumento com essa estrutura retórica e semiótica alcança efeito suficiente para fazer uma audiência tolerar violações das regras que em outras circunstâncias estariam sendo obedecidas? Se por através do argumento sobre a prioridade e urgência de uma ameaça existencial o ator securitizador tiver conseguido quebrar os procedimentos ou regras que o limitaria de alguma forma sem o argumento, tem-se então um processo de securitização.

Essa concepção sobre segurança e securitização apresentada por Buzan, Waever e Wilde é o ponto de partida de nosso interesse investigativo ao logo da presente tese. O espaço conferido a essa abordagem do significado de segurança nos interessa na medida em que valoriza uma dimensão intersubjetiva e socialmente construída da segurança a qual acatamos e valorizamos e também por outras razões: por abrir espaço para outros atores securitizadores que não o

Estado, por considerar que a prática de securitização pode se processar em temas diversos, inclusive em temas como as emoções, e por enfatizar a responsabilidade dos atores e analistas ao desenvolverem discursos securitizadores. Essa abordagem construtivista de segurança permite um exercício analítico sobre segurança que consideramos bastante significativo na medida em que questiona de que modo a securitização de determinados temas se processa.

Por outro lado, nosso interesse na proposta da teoria de Securitização da Escola de Copenhagen não se faz de modo acrítico. cremos que a teoria apresenta inovações, mas também limitações sobretudo para o entendimento mais abrangente de nosso objeto de estudo e, por isso, buscaremos outros suportes para cumprirmos bem nosso objetivo. Dois são os motivos principais dessa busca.

Em primeiro lugar, os autores que se propuseram a desenvolver a teoria de securitização buscam uma metodologia coletivista e um foco nas coletividades, em detrimento do foco individualista que toma o indivíduo como referente da segurança, ou seja, preocupam-se com a segurança humana. A esse respeito Buzan, Waever e Wilde observam que os que selecionam a segurança humana como foco de análise acatam um fardo ainda maior do que o deles, pois tomam as construções de segurança existentes como arbitrárias e procuram apontar outros temas como sendo mais importantes a serem tratados como problemas de segurança.

Entendemos, no entanto, que esse fardo não mais pode ser evitado pelos que adotam a perspectiva analítica da securitização, pois a publicização e a securitização internacional contemporâneas de algumas temas que antes eram tratados estritamente no âmbito doméstico dos Estados trazem para os autores interessados na teoria da securitização a necessidade de repensarem sua metodologia coletivista de modo a abrirem espaço para o indivíduo em suas análises.

Nos referimos aqui não só ao desenvolvimento de políticas e discursos de segurança que têm valorizado o indivíduo como principal referente e que têm adquirido notas de ‘políticas de pânico’ como também à inserção das emoções nos discursos de segurança a partir de questões como o trauma. Como já mencionamos mais acima, conflitos étnicos marcados por práticas genocidas têm promovido forte instabilidade no sistema internacional contemporâneo e sua complexidade tem motivado profundas reflexões e transformações em segurança

internacional. Entre as características que compõem a realidade do pós-conflito nas regiões afetadas está a possibilidade de seus sobreviventes vivenciarem sentimentos decorrentes de traumas provocados pela violência experimentada durante os conflitos. A intensidade das violências praticadas, seu impacto na própria identidade dos indivíduos e a quantidade de pessoas afetadas nesses conflitos foram um dos fatores que levaram diversos atores internacionais a se preocuparem com a idéia de segurança humana e sua vulnerabilidade em meados da década de 90, buscando desenvolver programas que de alguma forma contribuíssem para recobrar o bem estar não só físico como psicológico dessas populações. Assim, a atuação de atores como a ONU e a OMS nesse contexto tem contribuído para que o tema do trauma - geralmente tratado como uma questão pertinente ao âmbito privado das relações entre os indivíduos dentro de suas sociedades - passe a ser interpretado por muitos como uma ameaça à segurança dos indivíduos e à segurança internacional, e tem levado alguns analistas a repensar o papel das emoções em segurança e política internacional.

Importantes avanços nos debates sobre as emoções ocorreram em outras disciplinas como a sociologia, a psicologia e a antropologia nas últimas duas décadas e tem sido o objetivo de alguns poucos autores em segurança e política internacional a busca de diálogo com essas outras disciplinas para o melhor entendimento das emoções em seus próprios campos de estudo. Dentre esses autores estão os que integram a chamada “Escola de Paris” para os quais essa investigação de processos de securitização se faz possível dentro de um enquadramento construtivista que não se exime em tratar os indivíduos como nível de análise e se dispõe a buscar uma maior inter- disciplinariedade com a sociologia, a antropologia e a psicologia, por exemplo, para uma compreensão mais abrangente de processos de (in)securtização.

Ainda, os autores – ao trabalharem dentro de uma perspectiva da sociologia política internacional – procuram analisar mais do que o *speech act*, se dispondo também a observar as práticas que reforçam a produção da (in)segurança. Como aponta Didier Bigo,

(...) security and insecurity are the results of a process of securitization, or more exactly of (in)securitization. (...) (T)his terminology is to show that the result of the process cannot be assessed (only) from the will of an actor, even a dominant one. The actors never know the final results of the move they are making, as the result depends

on the field effect on many actors engaged in the competitions for defining whose security is important, and of the acceptance of different audiences of their definition. (2008, p.124)

Essas considerações sobre as práticas de segurança e a proposta de análise mais crítica do papel da audiência no processo de securitização são, assim, o segundo motivo para que as reflexões dos autores da Escola de Paris sejam por nós buscadas.

## 1.2 Metodologia

Nosso intuito na presente tese é analisar detidamente alguns dos discursos que ensejam o movimento de securitização do bem estar psicológico dos indivíduos em operações de paz voltadas para a reconstrução de Estados, conduzidas pela ONU e com suporte de diversos atores, entre eles a OMS. Temos ciência de que esses cenários contam com múltiplas vozes e que uma das críticas feitas a esse tipo de análise de discurso se volta para o fato de ela privilegiar vozes de atores dominantes. No entanto, no caso do movimento de securitização do bem estar psicológico dos indivíduos, o estudo dos discursos da ONU e da OMS apresentam um diferencial importante que não pode ser menosprezado, pois os mesmos têm sido corroborados e reproduzidos por um grande número de organizações de ajuda humanitária não governamental, as quais têm agido de forma coordenada com as duas organizações governamentais, não só na implementação dos programas de psicoterapia social propostos por elas como também no acatamento de seus conceitos e princípios.

Nesse sentido, entendemos que o estudo dos discursos da ONU e da OMS, no que concerne o tratamento da saúde mental em atividades de reconstrução de Estados, demonstra muito mais do que o posicionamento dessas duas instituições sobre os termos em que o bem estar psicológico dos sobreviventes aos conflitos têm sido tratados e administrados até o presente momento. Eles indicam também uma forte disposição de organizações não governamentais internacionais em acatar esses discursos e os parâmetros e valores neles embutidos, uma vez que os principais manuais ou guias elaborados pela ONU e pela OMS para tratar de saúde mental em situações emergenciais contam com a participação de várias

organizações não governamentais de forma coordenada. Ainda, como um contraponto, esses discursos nos permitem demonstrar o quão silenciadas são as vozes das populações locais no que concerne sua compreensão sobre os significados de reconciliação, emoções e superação dos traumas vividos.

Desse modo, metodologicamente, a análise dos discursos da ONU e da OMS se desenvolverá de modo a: 1. demonstrar como as estruturas de significado desses discursos constroem a realidade da saúde mental e do trauma dentro das atividades de reconstrução de Estados; 2. observar como essas estruturas reforçam uma relação de poder entre as organizações internacionais e os povos sobreviventes dos conflitos com a imposição de um modelo de etnopsicologia ocidental moderno.

Esses objetivos estão inseridos nos propósitos de pesquisa de recorte pós-positivista, estruturada em análises de discursos que, segundo Karin Fierke, se consubstanciam em uma descrição crítica, oposta, portanto, à lógica da descoberta adotada pelos positivistas. (Fierke, 2003) No caso do construtivismo, o ponto de partida são as práticas significativas dos próprios atores e como essas práticas levaram à construção de um resultado ao invés de outro. Por isso, a lógica da descoberta consiste na descoberta da estrutura dos significados no próprio contexto, dado que as ações e práticas são dependentes de regras inseridas em um contexto de jogo.

A descrição crítica serviria para prover um novo olhar sobre os processos e mudanças e para tudo o que tenha se tornado familiar para questionar o significado das mudanças e perceber como esse novo olhar nos auxilia a pensar diferente sobre futuras práticas. As orientações sobre a produção da descrição crítica representam uma busca de um olhar para além das motivações dos atores e que se propõe tomar em consideração o contexto político maior no qual estão inseridos para a observação dos relacionamentos entre os diversos atores. Todo esse esforço envolveria ainda a identificação de padrões dentro do próprio contexto, ou seja, nos significados partilhados que estruturam o espaço de manobra dentro de um contexto particular. Por fim, a metodologia da lógica da descoberta permite que se perceba como esse processo de descrição crítica fornece critérios para a construção de uma outra descrição. A construção de uma “melhor” descrição não envolveria, no entanto, a preferência por uma narrativa sobre outra,

mas sim a construção de uma única narrativa estruturada pela linguagem partilhada desse contexto. (idem).

#### 1.4 Plano da Tese

Para a adequada exposição de nossos argumentos, a presente tese foi organizada em sete capítulos. No capítulo dois realizamos a revisão da literatura em segurança internacional para apontar seus desdobramentos, com um olhar específico, contudo, para o tratamento que as diversas perspectivas teóricas em segurança e teoria das relações internacionais conferiram às emoções e que relações estabeleciam entre as emoções e a razão. O propósito do capítulo é argumentar que embora os atuais avanços nas reflexões sobre os significados de segurança tenham contribuído para a consideração da segurança de forma mais aprofundada, o estudo da dimensão subjetiva da segurança humana ainda permanece não teorizado, bem como pouca tem sido sua abertura para as novas leituras sobre o papel das emoções na segurança e na política internacional.

Ainda, observamos que as relações internacionais têm seu desenvolvimento marcado pela prevalência de uma concepção biológico-determinista das emoções-consagradas sobretudo no pensamento de realistas e liberais desde meados do século XX – que toma as emoções como estados fisioquímicos do organismo humano interpretados como distintos dos estados cognitivos e opostos à razão. Em outras palavras, essa concepção reverbera o entendimento de que as emoções não são estados de consciência, estão fora do controle dos atores e separadas da cognição, devendo, portanto, serem sempre submetidas a controle.

No capítulo três fecharemos nosso foco nos debates sobre segurança humana - como parte do movimento de ampliação do conceito de segurança - para evidenciar de que modo as diversas iniciativas normativas de alguns atores internacionais contribuíram para que o indivíduo fosse tomado como importante foco de análise, ao mesmo tempo em que buscamos compreender como a questão da saúde passou a integrar essa agenda de segurança. Ainda, observaremos como a ampliação da agenda de segurança via segurança humana permitiu que a agenda de saúde dentro desse espectro também se ampliasse, com o reforço de

preocupações relativas não só ao bem estar físico dos indivíduos, mas ao bem estar psicológico.

No capítulo quatro, observamos que as respostas humanitárias às guerras e desastres em todo o globo na contemporaneidade têm gradativamente assumido formas de intervenção terapêutica as quais possuem duas implicações: em termos teóricos, a consideração do trauma como uma ameaça/risco permitiu que novas leituras sobre as emoções pudessem fazer parte dos debates de segurança internacional as quais ajudaram – entre outras coisas- a questionar a concepção neurobiológica prevalente até então e a apontar para sua dimensão socialmente construída. Esse movimento representa uma significativa renovação dos debates sobre as emoções em relações internacionais e traz consigo importantes contribuições de outras disciplinas para uma compreensão mais ampliada do tema.

Na prática, no entanto, sua consideração tem promovido efeitos contraditórios, sobretudo por conta do modo segundo o qual as intervenções terapêuticas têm sido desenvolvidas pelos atores internacionais – em especial a ONU e a OMS. Ambos têm desenvolvido ações que terminam por medicalizar o problema e, assim, acabando dificultando ainda mais o processo de recuperação da autonomia dos povos afetados pelos conflitos.

No que concerne aos debates teóricos, retomamos, assim, o tratamento do trauma na psicologia para através dele buscarmos entender porque as concepções neurobiológicas sobre as emoções tiveram tamanha repercussão dentro da literatura de relações internacionais em termos gerais. Ainda, resgatamos as diversas leituras e tratamentos conferidos ao trauma na psicologia, na psiquiatria e na sociologia para observarmos em que medida eles fornecem o contexto a partir do qual o movimento de securitização do trauma pode ser elaborado. Em outras palavras, buscaremos investigar no presente capítulo o contexto específico que permitiu que leituras medicalizadas sobre o trauma se tornassem predominantes na contemporaneidade e fossem absorvidas e reproduzidas por instituições internacionais as quais enfatizam uma concepção etnopsicológica ocidental sobre as emoções.

No capítulo cinco, retomamos o modelo analítico proposto pela Escola de Copenhague sobre securitização de modo a apresentar os seus aspectos em termos críticos, pois embora o modelo represente uma contribuição inovadora e interessante para o entendimento dos processos de construção da segurança,

cremos que ele ainda precisa ser suprido em alguns de seus eixos analíticos para que se apresente de forma mais consistente. Por essa razão, nesse capítulo não só esmiuçamos essas deficiências - para nos posicionarmos de forma mais clara quanto ao modelo e apontar de que modo pretendemos tratá-lo no que concerne a análise dos movimentos de securitização do trauma efetuados pela ONU e a OMS em processos de reconstrução de Estados pós- conflito - como buscamos expor as contribuições de autores que se encontram dentro da chamada Escola de Paris para com essas reflexões expor de forma mais abrangente nossa análise sobre o nosso objeto de estudo.

Por fim, no capítulo seis nos amparamos na metodologia da descrição crítica proposta por Karin Fierke e nos argumentos dos capítulos anteriores para a análise dos discursos da ONU e da OMS com a finalidade de observar como esses discursos ensejam o movimento de securitização do bem estar psicológico dos indivíduos em operações de paz voltadas para a reconstrução de Estados em termos medicalizados.